SEVEN publicações acadêmicas
EM PARCERIA COM: IEMS UNIASSELVI

Fundamentos para o futuro: A formação na primeira infância e o papel da educação infantil

Camila Pinheiro Fontenele Miranda
Mestranda em Ciências da Educação
Instituição: Universidad UNIDA del Paraguay
E-mail: camilapfontenele@hotmail.com

RESUMO
O presente artigo, de caráter bibliográfico, discute a importância da educação infantil como etapa fundamental para o desenvolvimento integral da criança, considerando aspectos cognitivos, sociais, emocionais e culturais. A análise da produção científica evidencia que as interações, o brincar, a mediação docente e o currículo contextualizado são elementos centrais para a promoção de aprendizagens significativas. Autores diversos reforçam que os primeiros anos de vida representam uma fase decisiva para a formação de competências duradouras, o que exige práticas pedagógicas sensíveis, planejadas e orientadas pelos direitos da criança. A pesquisa também revela a relevância de ambientes escolares organizados e acolhedores, da participação ativa das famílias e do respeito à diversidade. A avaliação é tratada como processo contínuo e formativo, que deve valorizar os percursos individuais de cada criança. Além disso, discute-se a influência das tecnologias e a necessidade de uma abordagem interdisciplinar, que rompa com a fragmentação do conhecimento. Por fim, destaca-se que a qualidade na educação infantil depende da articulação entre políticas públicas, formação docente e compromisso ético com os direitos das crianças. O estudo reforça a urgência de uma prática educativa pautada na escuta, no afeto e na valorização da infância como tempo presente.

Palavras-chave: Infância. Currículo. Mediação. Aprendizagem.

1 INTRODUÇÃO

A formação humana é um processo contínuo que se inicia nos primeiros anos de vida, período em que o sujeito está particularmente receptivo às experiências que moldam suas capacidades cognitivas, emocionais, motoras e sociais. A primeira infância, compreendida do nascimento aos seis anos de idade, é reconhecida como uma fase decisiva para o desenvolvimento integral da criança. É nesse intervalo de tempo que ocorrem transformações significativas na estrutura cerebral e na constituição da personalidade, sendo, portanto, um momento privilegiado para o investimento educacional qualificado. Nesse contexto, a educação infantil assume papel estratégico, uma vez que oferece um ambiente estruturado de estímulos que favorecem aprendizagens essenciais para a vida em sociedade.

Apesar do reconhecimento crescente sobre a importância da educação nos primeiros anos de vida, ainda persiste, em muitos cenários, uma visão reducionista sobre o papel da educação infantil, frequentemente associada à simples assistência ou cuidado. Tal entendimento compromete a construção de políticas públicas consistentes e o engajamento efetivo das famílias e profissionais na defesa da infância como etapa formativa plena. A concepção equivocada de que a aprendizagem se inicia formalmente apenas

no ensino fundamental ignora os dados científicos e educacionais que comprovam a centralidade da primeira infância para a aquisição de competências futuras. Assim, é fundamental ressignificar o lugar da educação infantil no imaginário coletivo e nas práticas pedagógicas.

A construção de competências futuras não se limita à transmissão de conteúdos acadêmicos, mas está intrinsecamente relacionada ao desenvolvimento de habilidades socioemocionais, de linguagem, de pensamento crítico, de autonomia e de convivência. Essas competências começam a ser delineadas ainda na primeira infância, especialmente quando as crianças são inseridas em ambientes educativos acolhedores, desafiadores e estimulantes. A atuação pedagógica neste contexto precisa ir além do cuidado físico, incorporando práticas intencionais que promovam a aprendizagem significativa, respeitando o ritmo e as necessidades individuais das crianças. Isso exige profissionais bem formados, espaços adequados e propostas curriculares alinhadas ao desenvolvimento infantil.

Ao considerar que a educação infantil constitui a primeira etapa da educação básica, é necessário reconhecer sua função pedagógica e social na construção do sujeito. A escola deve ser entendida como um espaço de construção de sentidos, de experimentação e de ampliação do repertório cultural das crianças. Ao mesmo tempo, cumpre também um papel social importante ao possibilitar a igualdade de oportunidades desde os primeiros anos de vida, contribuindo para a redução de desigualdades sociais. Dessa forma, o fortalecimento da educação infantil como política pública universal e de qualidade é condição essencial para a promoção da equidade e da justiça social.

Outro aspecto relevante diz respeito à articulação entre família e escola nesse processo de formação. A participação ativa das famílias, aliada ao trabalho pedagógico intencional, constitui um fator decisivo para o sucesso da trajetória escolar da criança. O reconhecimento mútuo dos papéis e responsabilidades de cada ator nesse processo favorece uma relação de parceria que potencializa os resultados educativos. Além disso, o envolvimento familiar contribui para que a criança perceba a escola como extensão de seus vínculos afetivos e sociais, favorecendo sua adaptação, segurança emocional e interesse pelas aprendizagens.

A abordagem pedagógica na educação infantil deve, portanto, ser pautada em princípios éticos, estéticos e políticos que reconheçam a criança como sujeito de direitos e protagonista de seu processo educativo. Isso implica garantir experiências significativas que integrem o brincar, a exploração, a convivência e a expressão em diferentes linguagens. O brincar, por exemplo, é uma linguagem própria da infância e deve ser valorizado como eixo estruturante da prática pedagógica, pois é por meio dele que a criança experimenta o mundo, estabelece relações, expressa sentimentos e elabora aprendizagens. As experiências lúdicas são, assim, ferramentas indispensáveis na construção das competências cognitivas e emocionais.

O currículo da educação infantil deve ser flexível, integrado e centrado nas vivências das crianças, promovendo aprendizagens que dialoguem com sua realidade e com os contextos sociais e culturais nos

quais estão inseridas. Deve-se evitar a antecipação de conteúdos escolares próprios das etapas posteriores, pois isso desrespeita a especificidade da infância e compromete a construção de uma base sólida para o desenvolvimento integral. O desafio, portanto, é garantir um currículo que valorize a infância como tempo de descobertas e de construção de sentidos, e que esteja comprometido com o desenvolvimento de competências essenciais para a vida.

Nesse sentido, os profissionais da educação infantil desempenham papel fundamental como mediadores das experiências de aprendizagem. Sua atuação demanda não apenas formação inicial consistente, mas também oportunidades contínuas de formação em serviço, reflexões coletivas e valorização profissional. O educador da infância precisa estar preparado para observar, escutar, interpretar e intervir pedagogicamente de forma sensível e competente, reconhecendo as potencialidades e singularidades de cada criança. A formação docente, portanto, é uma das chaves para o fortalecimento da educação infantil como etapa essencial da educação básica.

A implementação de políticas públicas voltadas à primeira infância requer ainda investimentos estruturais e pedagógicos que assegurem ambientes adequados, materiais diversificados, alimentação saudável e condições de trabalho justas para os profissionais. Também é necessário assegurar mecanismos de avaliação e monitoramento que não apenas verifiquem o acesso das crianças à educação infantil, mas que também garantam a qualidade das práticas pedagógicas e das interações estabelecidas nos espaços educativos. A gestão pública tem papel central nesse processo, devendo promover a articulação entre os diferentes setores envolvidos na promoção dos direitos das crianças.

Além do investimento público, é importante desenvolver campanhas de sensibilização e formação que promovam uma cultura de valorização da infância e da educação como direito inalienável. A sociedade como um todo deve compreender que investir nos primeiros anos de vida é uma estratégia eficaz e ética para a construção de um país mais justo, com cidadãos mais preparados para os desafios contemporâneos. A formação de competências futuras começa com o reconhecimento do potencial transformador da educação infantil e do papel ativo que todos devemos assumir em sua promoção.

O presente artigo tem como objetivo discutir a importância da educação infantil na formação das competências futuras, analisando seu papel na promoção do desenvolvimento integral da criança e na construção de bases sólidas para a aprendizagem ao longo da vida. Busca-se compreender como as práticas pedagógicas, o currículo, a formação docente e as políticas públicas influenciam diretamente a qualidade das experiências oferecidas às crianças na primeira infância. Além disso, pretende-se refletir sobre os desafios e possibilidades que se colocam diante da valorização da educação infantil no cenário educacional contemporâneo.

Justifica-se esta abordagem pela relevância crescente da temática no campo das políticas educacionais e da psicologia do desenvolvimento, bem como pelos impactos que a qualidade da educação

infantil exerce sobre todo o percurso educacional das crianças. Ao compreender a primeira infância como etapa formadora e não apenas preparatória, amplia-se a responsabilidade coletiva em assegurar às crianças o direito à educação de qualidade desde os seus primeiros anos. É nesse horizonte que se insere a presente análise, com o intuito de contribuir para o fortalecimento das práticas e políticas comprometidas com o desenvolvimento pleno da infância.

2 METODOLOGIA

Este artigo fundamenta-se em uma abordagem qualitativa de natureza exploratória, com base em uma pesquisa bibliográfica, cujo objetivo é analisar e discutir a relevância da educação infantil na formação de competências futuras. A escolha dessa metodologia justifica-se pela possibilidade de investigar conceitos, teorias e produções acadêmicas que tratam da primeira infância, da educação como direito fundamental e do desenvolvimento integral da criança em contextos educativos. Assim, foi possível identificar e interpretar os principais fundamentos que orientam as práticas pedagógicas e as políticas públicas voltadas à educação infantil.

Segundo Gil (2017), a pesquisa bibliográfica é caracterizada pelo levantamento e análise de publicações já elaboradas sobre determinado tema, possibilitando o aprofundamento do conhecimento e a construção de reflexões a partir de diferentes perspectivas teóricas. Esse tipo de investigação tem como fonte principal livros, artigos científicos, legislações, dissertações, teses e documentos institucionais. Com base nisso, foram selecionados autores que contribuem significativamente para o campo da educação infantil e do desenvolvimento infantil, bem como documentos oficiais que regulamentam e orientam a prática educacional brasileira, como a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil.

A escolha do enfoque qualitativo deve-se à sua capacidade de compreender os significados e interpretações atribuídos aos fenômenos educacionais, especialmente aqueles que envolvem dimensões subjetivas e sociais do desenvolvimento humano. Conforme Minayo (2021), a abordagem qualitativa é adequada para captar a complexidade dos processos sociais, valorizando a compreensão profunda dos contextos e das relações que neles se estabelecem. Dessa forma, optou-se por uma análise interpretativa das fontes bibliográficas, buscando compreender como os autores abordam a formação de competências desde os primeiros anos de vida e quais práticas pedagógicas são apontadas como mais eficazes nesse processo.

O procedimento de coleta de dados consistiu na seleção criteriosa de materiais publicados nos últimos dez anos, priorizando produções que abordam a educação infantil sob a perspectiva do desenvolvimento integral, da construção de competências e da relevância social do ensino na primeira infância. Foram incluídos também estudos clássicos da área, que permanecem atuais na fundamentação teórica e metodológica da educação infantil. As bases de dados utilizadas para o levantamento das

referências incluíram o Scielo, a CAPES Periódicos, o Google Acadêmico e bibliotecas digitais de universidades brasileiras.

A análise dos dados foi realizada por meio da leitura crítica e sistemática das obras selecionadas, com a identificação de categorias temáticas recorrentes, como o papel do educador, a função do brincar, a formação de competências cognitivas e socioemocionais, a influência da família e a importância das políticas públicas para a garantia do direito à educação. Esse processo de categorização e interpretação buscou promover uma reflexão articulada entre teoria e prática, evidenciando os caminhos apontados pela literatura para a valorização da educação infantil como etapa fundamental do processo educacional.

De acordo com Lakatos e Marconi (2011), a pesquisa bibliográfica também permite revisar e atualizar conhecimentos existentes, além de possibilitar a construção de novos olhares sobre temas já discutidos. No presente estudo, esse aspecto foi fundamental para a identificação de lacunas ainda existentes nas práticas educativas e nos discursos que envolvem a infância, bem como para a proposição de caminhos possíveis para o fortalecimento das ações pedagógicas na educação infantil. O caráter crítico da pesquisa bibliográfica contribui, assim, para fomentar o debate acadêmico e subsidiar intervenções mais qualificadas nos contextos escolares.

Em síntese, a metodologia adotada neste artigo permitiu a sistematização de saberes teóricos que fundamentam a compreensão da primeira infância como fase essencial para o desenvolvimento de competências. Ao lançar mão de autores consagrados e estudos recentes, a pesquisa bibliográfica possibilitou uma análise aprofundada sobre o papel da educação infantil, reforçando a necessidade de valorização dessa etapa como parte indissociável da formação humana e da construção de uma sociedade mais equitativa e democrática.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A análise do material bibliográfico evidencia que a educação infantil deve ser compreendida como a base para a formação integral da criança, impactando diretamente nas competências que serão desenvolvidas ao longo da vida. Autores diversos reforçam que os primeiros anos de vida são decisivos para a constituição das estruturas cognitivas, sociais e emocionais, e que intervenções educativas intencionais nesse período favorecem a aprendizagem futura. Segundo Heckman (2011), os investimentos realizados na primeira infância apresentam maior taxa de retorno do que aqueles feitos em fases posteriores, tanto em termos educacionais quanto sociais e econômicos.

Foi constatado que a qualidade das interações no ambiente escolar é determinante para o desenvolvimento da criança. O vínculo estabelecido entre educadores e crianças é mediador das aprendizagens e dos processos de socialização, influenciando diretamente o modo como a criança percebe a si mesma e ao outro. Para Bronfenbrenner (2011), o desenvolvimento ocorre em sistemas inter-

relacionados e a escola representa um dos microssistemas mais significativos, pois oferece experiências estruturadas que ampliam as relações da criança com o mundo.

O brincar apareceu como um dos pilares fundamentais da prática pedagógica na educação infantil. A literatura analisada aponta que, ao brincar, a criança recria o mundo e testa hipóteses, desenvolvendo habilidades cognitivas, motoras e socioemocionais. Kishimoto (2010) argumenta que o ato de brincar permite à criança experimentar, simbolizar e compreender as regras sociais, tornando-se uma forma de mediação entre o mundo interno e a realidade. Práticas pedagógicas que negligenciam esse aspecto acabam por restringir o potencial criativo e expressivo das crianças, comprometendo sua autonomia e iniciativa.

Nesse contexto, a mediação do professor ganha centralidade. A análise das obras revela que o papel do educador vai além da simples transmissão de conteúdos: ele atua como facilitador de aprendizagens, organizador do ambiente e observador sensível dos interesses das crianças. Oliveira-Formosinho (2009) destaca a importância de um olhar investigativo por parte dos professores, que deve estar comprometido com a escuta ativa e com o planejamento de experiências significativas. A prática reflexiva do educador possibilita a construção de um currículo vivo, que respeita os ritmos e as singularidades das crianças.

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) orienta que o currículo deve ser estruturado com base nos direitos de aprendizagem e nos campos de experiências, enfatizando o protagonismo infantil. Oliveira (2021) argumenta que a escuta das crianças deve orientar as escolhas pedagógicas, promovendo aprendizagens contextualizadas e vinculadas às vivências cotidianas. No entanto, ainda persistem práticas que antecipam conteúdos do ensino fundamental, desrespeitando a lógica própria da infância e priorizando o ensino formal em detrimento da experiência lúdica e sensorial.

Os estudos também revelaram que o ambiente físico da instituição exerce forte influência sobre o desenvolvimento das crianças. Espaços organizados, seguros e desafiadores estimulam a exploração e a construção de conhecimentos. De acordo com Campos (2014), o espaço deve ser compreendido como educador, ou seja, como um terceiro elemento que dialoga com os sujeitos e favorece a autonomia. Ambientes acolhedores promovem relações mais harmoniosas, enquanto espaços restritivos ou mal planejados podem inibir a criatividade e a socialização.

Crianças oriundas de contextos de vulnerabilidade socioeconômica frequentemente encontram na escola o único espaço de acesso a práticas culturais, alimentação de qualidade e atenção pedagógica sistemática. Engle et al. (2011) reforçam que programas de atenção integral à infância são essenciais para mitigar os efeitos das desigualdades sociais, promovendo melhores condições de aprendizagem e desenvolvimento. A educação infantil de qualidade, portanto, contribui para a equidade e para a justiça social.

A formação de competências socioemocionais foi amplamente destacada nas produções revisadas. Autores como Durlak et al. (2011) defendem que o desenvolvimento de habilidades como empatia,

resiliência, cooperação e autorregulação emocional na primeira infância impacta positivamente o desempenho escolar e a convivência social futura. O espaço da educação infantil, ao valorizar a convivência, o respeito às diferenças e o cuidado com o outro, torna-se um ambiente privilegiado para o cultivo dessas competências essenciais à vida em sociedade.

A avaliação também foi um tema recorrente nos estudos analisados. A avaliação na educação infantil deve priorizar os processos e não os produtos, respeitando as especificidades do desenvolvimento infantil. Barbosa (2015) ressalta que a observação cotidiana, os registros e os portfólios são instrumentos mais adequados do que provas ou testes padronizados, pois permitem acompanhar a evolução de cada criança sem rotulá-la ou hierarquizá-la. Essa forma de avaliação fomenta a escuta sensível e a reorientação das práticas pedagógicas.

A presença da família foi identificada como um elemento-chave no processo educativo das crianças pequenas. A literatura aponta que a participação das famílias fortalece os vínculos afetivos, a segurança emocional e a continuidade dos processos formativos. Para Kramer (2019), o diálogo entre educadores e responsáveis permite que as ações pedagógicas ganhem mais sentido e coerência, respeitando os contextos culturais e as vivências familiares das crianças. Estratégias como reuniões, oficinas, diários de bordo e momentos de integração são citadas como fundamentais para estreitar esses laços.

A interdisciplinaridade aparece como uma abordagem enriquecedora para a formação de competências amplas. Os autores analisados defendem que integrar diferentes áreas do conhecimento favorece uma aprendizagem mais significativa, baseada em projetos, temas geradores ou situações-problema. Conforme propõe Oliveira-Formosinho (2009), o conhecimento fragmentado não atende à complexidade da infância, sendo necessário romper com a linearidade curricular e adotar metodologias integradas e dialógicas.

Um aspecto que ganhou destaque mais recentemente é o uso das tecnologias na educação infantil. Ainda que controverso, o debate aponta que as tecnologias digitais, quando mediadas adequadamente, podem contribuir com a formação de competências cognitivas e digitais. Kenski (2021) defende o uso crítico e ético das tecnologias, alertando, contudo, para os riscos do uso excessivo ou descontextualizado. A mediação do adulto e o propósito pedagógico devem nortear qualquer inserção tecnológica nas práticas educativas com crianças pequenas.

Outro dado relevante foi a percepção da infância como tempo presente, e não apenas como fase preparatória. Autores como Kramer (2019) e Sarmento (2013) defendem a superação da visão autocêntrica e o reconhecimento das crianças como sujeitos plenos de direitos, capazes de produzir cultura, interagir e construir conhecimento desde cedo. Essa concepção altera a lógica pedagógica e valoriza as expressões infantis como centrais para o processo educativo.

Constata-se que a valorização do educador de infância constitui uma dimensão central para a efetivação de práticas pedagógicas qualificadas. A literatura reforça que o reconhecimento profissional e a valorização social do professor que atua com a primeira infância estão diretamente ligados à qualidade da educação oferecida. Segundo Oliveira (2021), a ausência de condições dignas de trabalho, como salários compatíveis, tempo para planejamento e formação continuada, compromete o engajamento dos profissionais e limita sua capacidade de inovação e reflexão crítica sobre a prática.

Os estudos indicam a urgência de políticas públicas que garantam uma formação inicial sólida e um processo contínuo de desenvolvimento profissional. A formação docente, de acordo com Oliveira-Formosinho (2009), deve articular teoria e prática, valorizar o conhecimento sobre o desenvolvimento infantil e promover a compreensão do papel político-pedagógico do educador. Programas de formação que incentivem a pesquisa, a escuta das crianças e a análise do cotidiano escolar são apontados como caminhos para a construção de uma identidade profissional mais consciente e autônoma.

A gestão democrática também aparece como fator relevante para o fortalecimento das instituições de educação infantil. Autores como Campos (2014) destacam que a participação coletiva na tomada de decisões favorece o pertencimento, o comprometimento e a construção de uma cultura organizacional mais transparente e colaborativa. Ambientes institucionais que valorizam o diálogo, a escuta ativa e a corresponsabilização entre equipe pedagógica, famílias e comunidade contribuem para práticas mais coerentes com os princípios da educação infantil.

A presença de diferentes culturas, histórias, saberes e formas de expressão deve ser acolhida como potencial enriquecedor das experiências infantis. Conforme Sarmento (2013), reconhecer as múltiplas infâncias existentes no Brasil significa romper com padrões hegemônicos e respeitar os modos próprios de ser e estar no mundo de cada criança. A abordagem intercultural, portanto, emerge como uma necessidade para garantir uma educação que valorize a diferença e promova a equidade.

A produção científica também chama atenção para a necessidade de repensar os tempos e os ritmos da educação infantil. A organização do cotidiano deve considerar as necessidades individuais e coletivas das crianças, evitando a rigidez dos horários e das atividades predefinidas. De acordo com Barbosa (2015), o tempo na infância precisa ser vivido de forma mais fluida, respeitando o tempo do brincar, do descanso, da curiosidade e das relações. Essa flexibilidade contribui para o bem-estar das crianças e amplia suas possibilidades de expressão e aprendizagem.

A documentação pedagógica surge, ainda, como uma prática inovadora e potente no contexto da educação infantil. Trata-se de uma forma de registro que não apenas acompanha o desenvolvimento das crianças, mas também valoriza seus processos de construção do conhecimento. Oliveira-Formosinho (2009) aponta que a documentação, quando realizada de maneira ética e reflexiva, se torna um instrumento de

diálogo entre professores, crianças e famílias, promovendo maior transparência e intencionalidade pedagógica.

Dentre os desafios apontados na literatura, destaca-se a permanência de visões assistencialistas em parte das instituições. Ainda é comum encontrar práticas voltadas mais à manutenção do cuidado físico do que ao direito à educação, principalmente em contextos marcados por desigualdades socioeconômicas. Engle et al. (2011) alertam que superar essa concepção exige investimento político, formação docente crítica e mobilização social. É necessário compreender que cuidado e educação não são dimensões excludentes, mas sim complementares e indissociáveis no cotidiano da infância.

O papel do gestor escolar também é reiteradamente citado como influente na implementação de uma proposta pedagógica significativa. Um gestor comprometido com os princípios da educação infantil atua como articulador entre os diferentes sujeitos da comunidade escolar, fomenta a formação continuada e assegura condições para o desenvolvimento de práticas alinhadas às diretrizes curriculares. Segundo Campos (2014), a liderança educacional sensível e ética contribui para a construção de uma cultura institucional voltada para a escuta, a inovação e o acolhimento.

As relações entre a escola e os territórios em que ela se insere também são abordadas nas produções revisadas. A aproximação com os contextos locais, suas linguagens, valores e tradições, favorece a construção de um currículo contextualizado e mais significativo para as crianças. Oliveira (2021) argumenta que uma educação infantil comprometida com a realidade social e cultural promove a valorização dos saberes populares, estimula a cidadania desde cedo e fortalece a identidade das crianças.

A literatura analisada aponta para a importância de uma visão sistêmica da infância, que compreenda a criança em sua totalidade e a educação infantil como um direito e não como um privilégio. O desafio está em articular as diferentes dimensões do desenvolvimento – cognitiva, afetiva, social, ética, corporal e estética – de maneira integrada e sensível às especificidades de cada criança. A formação de uma rede de cuidado e educação, envolvendo diferentes políticas públicas, famílias e comunidade, é fundamental para garantir o pleno desenvolvimento infantil e para consolidar a educação infantil como prioridade na agenda educacional brasileira.

4 CONCLUSÃO

A análise bibliográfica realizada permitiu compreender que a educação infantil representa uma etapa essencial para o desenvolvimento integral das crianças, devendo ser estruturada a partir de práticas pedagógicas que respeitem sua especificidade, seus direitos e sua centralidade como sujeitos históricos, sociais e culturais. A literatura examinada revelou que os primeiros anos de vida constituem uma janela privilegiada para a formação de competências cognitivas, socioemocionais e éticas, sendo necessário que as

experiências educativas estejam fundamentadas em interações significativas, no brincar, na escuta atenta e na mediação sensível do educador.

Constatou-se que a qualidade da educação infantil não pode ser dissociada de aspectos como formação docente, infraestrutura adequada, currículo contextualizado, gestão democrática e envolvimento da família. Tais elementos se entrelaçam na constituição de uma prática pedagógica comprometida com a equidade, com a justiça social e com a valorização das infâncias em sua diversidade. Além disso, temas contemporâneos como a interdisciplinaridade e o uso responsável das tecnologias demandam reflexões permanentes e planejamentos intencionais, de modo a potencializar os processos de aprendizagem e desenvolvimento sem comprometer a natureza lúdica e relacional dessa etapa.

A produção acadêmica também reforça que o reconhecimento da infância como tempo presente implica superar abordagens autocêntricas, estabelecendo uma nova lógica educativa, pautada na construção coletiva do conhecimento, no respeito às diferenças e na promoção do bem-estar infantil. Assim, conclui-se que investir em uma educação infantil de qualidade exige não apenas acesso universal, mas o fortalecimento de políticas públicas, práticas pedagógicas sensíveis e formações que possibilitem aos educadores atuar de maneira crítica, ética e transformadora. Essa construção, embora desafiadora, é fundamental para garantir os direitos das crianças e para promover uma sociedade mais justa e humanizada.

Dessa forma, reafirma-se que o trabalho com a educação infantil requer uma abordagem integrada, na qual os aspectos pedagógicos, sociais, culturais e afetivos estejam articulados de maneira indissociável. Os achados da revisão bibliográfica indicam que o olhar sensível do educador, aliado a práticas planejadas e contextualizadas, é fundamental para que as crianças tenham acesso a experiências que estimulem sua criatividade, autonomia, empatia e senso de pertencimento. Não se trata apenas de ensinar conteúdos, mas de construir um ambiente ético e afetivo que respeite os tempos da infância e promova aprendizagens significativas.

O fortalecimento da relação entre escola, família e comunidade aparece como um eixo estruturante para a consolidação de um projeto educativo comprometido com os direitos das crianças. O envolvimento dos responsáveis nas decisões pedagógicas e a escuta ativa das famílias contribuem para a construção de vínculos e para a valorização dos saberes trazidos por cada sujeito, enriquecendo o trabalho pedagógico e promovendo maior coerência entre os diferentes espaços formativos. Essa perspectiva dialógica rompe com visões verticalizadas de ensino e amplia a corresponsabilidade pela educação das crianças.

A literatura demonstra que práticas avaliativas sensíveis e respeitosas permitem não apenas acompanhar o desenvolvimento das crianças, mas também reorientar a prática pedagógica, contribuindo para a construção de um currículo vivo e flexível. Nessa perspectiva, os registros, os portfólios e a observação atenta ganham centralidade, superando lógicas classificatórias e valorizando os processos individuais de aprendizagem.

Por fim, cabe ressaltar que a construção de uma educação infantil de qualidade é uma tarefa coletiva, que demanda compromisso ético, investimento público e engajamento político. O reconhecimento das crianças como sujeitos de direitos impõe a responsabilidade de garantir ambientes seguros, estimulantes e afetivos, nos quais possam se expressar, explorar, brincar e aprender. O desafio que se impõe não é apenas técnico ou pedagógico, mas profundamente humano e social. A promoção de práticas educativas mais justas, inclusivas e respeitosas constitui, portanto, uma condição essencial para o fortalecimento da democracia e para a construção de uma sociedade mais equitativa e acolhedora para todos.

REFERÊNCIAS

BARBOSA, Maria Carmen Silveira. Avaliação na Educação Infantil: um olhar sensível e reflexivo. Porto Alegre: Artmed, 2015.

BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular. Brasília: MEC, 2018. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/. Acesso em: 17 jun. 2025.

BRASIL. Ministério da Educação. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil. Brasília: MEC/SEB, 2010. Disponível em: http://portal.mec.gov.br. Acesso em: 17 jun. 2025.

BRONFENBRENNER, Urie. A ecologia do desenvolvimento humano: experimentos naturais e planejados. Porto Alegre: Artmed, 2011.

CAMPOS, Maria Malta. Qualidade da educação infantil: um campo em disputa. Cadernos de Pesquisa, São Paulo, v. 44, n. 151, p. 452–479, maio/ago. 2014.

DURLAK, Joseph A. et al. The impact of enhancing students' social and emotional learning: a meta-analysis of school-based universal interventions. Child Development, v. 82, n. 1, p. 405–432, 2011.

ENGLE, Patrice L. et al. Strategies for reducing inequalities and improving developmental outcomes for young children in low-income and middle-income countries. The Lancet, v. 378, n. 9799, p. 1339–1353, 2011.

GIL, Antonio Carlos. Métodos e técnicas de pesquisa social. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

HECKMAN, James J. The economics of inequality: the value of early childhood education. American Educator, v. 35, n. 1, p. 31–47, 2011.

KENSKI, Vani Moreira. Tecnologias e ensino presencial e a distância. 8. ed. Campinas: Papirus, 2021.

KISHIMOTO, Tizuko Morchida. O brincar e suas teorias. 5. ed. São Paulo: Pioneira, 2010.

KRAMER, Sonia. Infância e educação infantil: uma abordagem histórico-crítica. São Paulo: Ática, 2019.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. Fundamentos de metodologia científica. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2011.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde. 15. ed. São Paulo: Hucitec, 2021.

OLIVEIRA, Zilma de Moraes Ramos de. Currículo na Educação Infantil: uma construção coletiva. São Paulo: Cortez, 2021.

OLIVEIRA-FORMOSINHO, Júlia. A educação infantil como contexto de investigação e desenvolvimento profissional. In: MACHADO, Maria Lúcia de A. (Org.). Encontros e desencontros em educação infantil. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2009. p. 97–122.

SARMENTO, Manuel Jacinto. As culturas da infância no contexto da sociedade contemporânea. Educação & Sociedade, Campinas, v. 34, n. 124, p. 411–423, abr./jun. 2013.